

TERRITÓRIOS

O JORNAL DO MÉDIO RIO DOCE

**ORGANIZAÇÃO
POPULAR:
atingidos(as)
na consolidação
de direitos e
conquistas** (pág 6 e 7)

**PROTAGONISTAS
DA REPARAÇÃO:
MIGUELITO TEIXEIRA
NA DEFESA DOS
DIREITOS EM COLETIVO**

**CONSELHO FEDERAL
DE PARTICIPAÇÃO
SOCIAL DA BACIA
REALIZA TERCEIRA
REUNIÃO**

**NOVO SITE
INSTITUCIONAL
TEM FOCO EM
TRANSPARÊNCIA E
ACESSO A INFORMAÇÃO**

SUMÁRIO

Editorial 02

Protagonistas da Reparação 03

Bacia do Rio Doce: uma nova fase da luta por reparação integral 04

Boletim da Reparação: Terceira Reunião do CFPS 05

Comissões Territoriais 07 a 08

Boletim da Reparação: Portal Único "Reparação Rio Doce" 11

Autodeclaração 09

Calendário Cultural 10

Novo site institucional Aedas 11

Contracapa 12

EXPEDIENTE

Programa Médio Rio Doce

Grupo de Trabalho Institucional Aedas
Cauê Melo Vallim
Carlos Henrique Prado
Luis Henrique Shikasho
Marjana Lourenço

Direção Coletiva
Andrea Carvalho
Brenda Ferreira
Henrique Lacerda
Rayssa Neves

Equipe de Comunicação
Glenda Uchôa (coord.), Camila Quintana, Luciano Alvim, Samuel Ambrósio e Thiago Matos

Diagramação
Samuel Ambrósio

Edição
Glenda Uchôa

Revisão
Glenda Uchôa, Thiago Matos e Henrique Lacerda

Apoio e Contribuições

Eixo Marcadores Sociais da Diferença:
Camila Ribeiro (coord.)

Equipe de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs):
Gabriela Azevedo (coord.), Esdras Cordeiro e Urânia Neves

Equipe de Saúde:
Elida Dias Cândido (coord.), Alane Menezes, Camile Veiga e Daniel Silva

Equipe de Raça e Gênero:
Ariana Mara (coord.), Ana Luiza, Renata Arruda, Helena Joaquina e Cleideneide de Jesus

Equipe de Participação Popular e Governança (PPG):
Isabela Moraes (coord.), Carine Guedes, Mateus Martins e Sabrina Canuto

Equipe de Situações de Vulnerabilidade
Myrlene Pereira (coord.), Julia Gomes e Joyce Guedes

Equipe Administrativo/Financeiro:
Leomar Cabral (coord.), Rogivaldo Cabral (coord.), Cristiane Bessa, Luzineth Alves, Maria Chanti, Rafael Azevedo, Rayanne Cabral e Weliton Barbosa.

Equipe de Logística:
Rinaldo Cruz (coord.), Diego Maia (coord.), Matheus Neri, Taismara Silva, Andreia Dias, Ruth dos Santos, Simone Norberto e Thiago Domingos.

Apóio da equipe de Mobilização Vale do Aço e Leste de Minas:
Sarah Suzan (coord.), Yana Lizardo (coord.) Inara Santos, (coord.), Raquel Justino (coord.), Marcela Nunes (coord.) e Marcos Ferreira (coord.);

Tiragem: 2 mil exemplares
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Instagram: @aedasmg
Facebook: Aedas Rio Doce
Youtube: @aedasmg
Site: aedasmg.org/medio-rio-doce



Futuro construído pelas mãos de quem nunca deixou de resistir

Foto: Camila Quintana/Aedas

Materialização de conquistas. Vai ser difícil olhar para o ano que passou e não reconhecer os marcos de vitórias que, finalmente, se transformaram em realidade para as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, na Bacia do Rio Doce. O início do pagamento do PTR (Programa de Transferência de Renda), a efetivação do Conselho Federal de Participação, a garantia do direito a Assessoria Técnica Independente por mais quatro anos e as discussões sobre os Projetos Comunitários estão entre as pautas que, após tanta luta, se tornaram realidade nos territórios.

Com organização popular, foi um período de resistência cotidiana, de enfrentamento às tentativas de silenciamento e de afirmação do direito à informação, à participação e à reparação integral. Em meio a um processo reparatório ainda marcado por lentidões e assimetrias de poder, a organização coletiva seguiu sendo o principal instrumen-

to de defesa da vida e da dignidade das pessoas atingidas.

É por isso que neste primeiro jornal do ano, voltamos a mostrar que a reparação não se constrói apenas em mesas institucionais, mas nasce e se fortalece nos territórios, a partir das experiências con-

struídos os Grupos de Atingidos e Atingidas e de quem insiste e não desiste.

O ano de 2026 será um ano decisivo para garantir que os projetos comunitários sejam efetivados como um dos eixos centrais da reparação. Isso exige continuidade da

garantia da participação social efetiva, respeito às decisões coletivas, informação qualificada e o fortalecimento dos espaços de controle social conquistados com muita luta. Exige, sobretudo, que as pessoas atingidas sigam no centro das decisões que interferem suas vidas.

Seguimos, portanto, com a convicção de que não há reparação possível sem organização popular, sem escuta ativa dos territórios e sem investimento nas iniciativas que brotam da própria comunidade. Em 2026, reafirmamos essa missão: fortalecer os espaços de participação, os projetos comunitários e o envolvimento na luta por justiça, por memória e por um futuro construído pelas mãos de quem nunca deixou de resistir.

continuidade da garantia da participação social efetiva, respeito às decisões coletivas, informação qualificada e o fortalecimento dos espaços de controle social

cretas de quem vive os danos deixados pelo crime da Samarco/Vale e BHP. Nasce da atuação das Comissões de Atingidos e Atingidas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da atuação de Conselheiros e Conselheiras Federais Conselheiras Federais e Representantes Estaduais, de quem



PROTAGONISTAS DA REPARAÇÃO

MIGUELITO TEIXEIRA



A responsabilidade de representar os anseios da comunidade atingida

Por Camila Quintana

Miguelito Teixeira é produtor rural e mora em Conselheiro Pena (MG), às margens do Rio Doce. Ele vive da produção de leite e derivados em uma propriedade que pertence à sua família há mais de 50 anos. Ao

mentos essenciais para sua produção, Miguelito precisou enfrentar o desafio de reconstruir a própria vida e, ao mesmo tempo, fortalecer a conscientização da comunidade sobre a importância da luta coletiva e da organização social na defesa dos direitos das pessoas atingidas.

A partir da organização e da luta coletiva, a comunidade conseguiu mobilizar diferentes instâncias para reivindicar direitos. Um deles, ele relembra, a garantia das Assessorias Técnicas Independentes, que seguem

“Seu maior sonho é que filhos e netos possam, no futuro, usufruir do Rio Doce com qualidade de vida, sem precisar abandonar seus territórios.”

presentando os territórios de Conselheiro Pena, Resplendor e Itueta. Miguelito reforça que a força da organização coletiva está no trabalho de base, construído no cotidiano. “É na conversa com um vizinho, com as pessoas da co-

missão, da associação. É estando envolvido com a comunidade e motivando as pessoas a participarem da luta por reparação”, afirma.

Para ele, a luta segue viva, já que os problemas ainda não foram resolvidos e há muito a ser conquistado. Miguelito defende que cada vez mais pessoas busquem compreender e participar do processo reparatório, entendendo onde estão os recursos e como os atingidos podem garantir direitos fundamentais, como acesso à água de qualidade, segurança alimentar e saúde. Seu maior sonho é que filhos e netos possam, no futuro, usufruir do Rio Doce com qualidade de vida, sem precisar abandonar seus territórios.

“A necessidade de estar articulando e organizando é constante”



relembrar a chegada da lama tóxica, em novembro de 2015, conta que, naquele momento, as pessoas não tinham dimensão do estrago que estava por vir. Um dos episódios mais marcantes, segundo ele, foi ver a grande diversidade de peixes, de diferentes tamanhos e espécies, morrendo no rio.

No ano seguinte, em 2016, a situação se agravou com a chegada das chuvas. A enchente espalhou a lama por toda a calha do Rio Doce e invadiu sua propriedade, comprometendo diretamente a produção e o modo de vida da família.

Sem água e sem pasto, ele-

auxiliando a comunidade na conquista e na defesa de direitos ao longo do processo de reparação. “A necessidade de estar articulando e organizando é constante”, destaca.

Atualmente, ele é membro titular do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba, re-



BACIA DO RIO DOCE: UMA NOVA FASE DA LUTA POR REPARAÇÃO INTEGRAL

Por Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Neste momento, a luta dos atingidos segue fortalecida. O Movimento dos Atingidos por Barragens avalia que, apesar das insuficiências do Novo Acordo de Reparação Rio Doce, já amplamente apresentadas, a repactuação abre um novo ciclo de oportunidades de conquistas coletivas, fortalecimento da organização social e ampliação da luta pela superação dos problemas que o acordo não alcançou. Abaixo, destacamos algumas questões que são tema da luta desta Jornada Nacional:

- A criação do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce apresenta uma oportunidade de pautar a participação popular na execução, monitorando a implementação e deliberando sobre o Fundo Popular dos projetos comunitários, que era parte da pauta do MAB na negociação. Embora o Conselho seja um avanço, entendemos que ainda há limites e que é preciso buscar formas de ampliar a participação popular dos atingidos e atingidas.



Créditos: Atingidos(as) reivindicando justiça em Ato dos 10 anos do crime. Foto: Patrícia Sousa/Aedas

- A aprovação de recursos para investimento em ações coletivas, como o Programa de Transferência de Renda (PTR), saúde, assistência social, recuperação econômica, educação e tecnologia, pesca e meio ambiente foi uma conquista direta das muitas mobilizações realizadas. Agora, é tempo de acelerar a implementação dos recursos para que eles cheguem nas famílias atingidas e produzam um processo com fases de curto, médio e longo prazo de um Plano Popular de Desenvolvimento, que reactive os circuitos econômicos regionais; combata a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar; promova ações para formação continuada das pessoas atingidas, gerando oportunidades de trabalho e renda e; fortaleça a presença das organizações sociais nas comunidades.

“ Um Plano Popular de Desenvolvimento que reactive os circuitos econômicos regionais; combata a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar; promova ações para formação continuada das pessoas atingidas, gerando oportunidades de trabalho e renda e; fortaleça a presença das organizações sociais nas comunidades.

- É preciso avançar em uma ação coletiva robusta para resolver o problema da moradia. É hora de uma ação coordenada que resolva este problema e coloque para Barra Longa, Rio Doce, Mariana e para toda a Bacia do Rio Doce e litoral capixaba e baiano um programa de erradicação do déficit habitacional urbano e rural, como uma compensação coletiva na Bacia pelos muitos danos provocados nesta década de crime.
- Passados 10 anos, ainda não confiamos na água que chega nas torneiras e que usamos para agricultura e pecuária. Os programas anteriores de captação alternativa não foram totalmente implementados e continuam sendo propostas que não resolvem os problemas. Precisamos de ações de curto, médio e longo prazo, que utilizem recursos dos diferentes fundos coletivos de forma coordenada para levar água de qualidade para as fa-

mílias com diferentes tecnologias, melhorias sanitárias em massa e um efetivo programa de saneamento que priorize a ação do setor público.

- Água tem tudo a ver com saúde. Multiplicam-se os adoecimentos, muitos com gravidade ou que o Sistema Único de Saúde (SUS) não consegue tratar. É hora de continuar fortalecendo o sistema público, promovendo ações de longo prazo de formação continuada e participação, como os Vigilantes e Agentes Populares em Saúde, além de pesquisas que monitorem os danos continuados e não indenizados que atingem a população.
- Apesar das importantes conquistas dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) na Repactuação do Rio Doce, muitas comunidades – inclusive algumas reconhecidas oficialmente pelo estado brasileiro – foram excluídas. É preciso atuação dos responsáveis pelo acordo para inclusão dessas comunidades não reconhecidas, bem como foco nas políticas de moradia, acesso à água, regularização fundiária, demarcações, etc, para que ninguém tenha o direito violado.

Essas ações também precisam contemplar regiões inteiras com grande população tradicional como o Extremo Sul da Bahia – Nova Viçosa, Alcobaça, Mucuri, Prado e Caravelas -, onde cerca de 18 mil pessoas da cadeia da pesca foram prejudicadas e não reconhecidas pelas empresas e o Estado brasileiro.



Ato em Governador Valadares. Foto: Cleiton Santos/Aedas

 Boletim da Reparação

CONSELHO FEDERAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL REALIZA TERCEIRA REUNIÃO FORTALECENDO CONTROLE SOCIAL NO NOVO ACORDO DO RIO DOCE

Fotos: Glenda Uchôa/Aedas

Entre as pautas, a apresentação da metodologia do edital de seleção de projetos comunitários

Por Camila Quintana, com colaboração de Carine Guedes

A Participação e o Controle Social estão previstos no Anexo 6 do acordo a partir de três pilares fundamentais: a criação do Fundo de Participação Social, a continuidade do assessoramento técnico independente por meio das ATIs e a instituição do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba (CFPS).

A terceira reunião ordinária acontece entre os dias 28 e 30 de janeiro em Linhares (ES). Entre as pautas estão a apresentação da metodologia do edital de seleção de projetos comunitários, discussão de critérios e procedimentos de seleção. A próxima reunião ordinária está prevista para o mês de abril.

Representatividade no Médio Rio Doce

O CFPS é formado por 36 membros, sendo 18 representantes dos órgãos federais e 18 representantes dos atingidos. Para a formação do conselho também foi observada a paridade de gênero e raça, assim com representação indígena e quilombola.

Representantes eleitos
Território 3 (Vale do Aço) (T3)
Titular: Valeriana Gomes
Suplente: Maria Madalena da Silva

Territórios Resplendor (6) e Itueta (7) (T6 e T7)
Titular: Miguelito Teixeira (T6)
Suplente: Isac Pereira (T7)

Territórios Aimorés (8) e Baixo Guandu (9) (T8 e T9)
Titular: Mniamá Meire Purí (T8)
Suplente: Regiane Soares (T9)

Representantes dos movimentos sociais:
1 - Movimentos sociais ou organizações da sociedade civil (Minas Gerais):

Titular: Thiago Alves da Silva, do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB-MG)
Suplente: Joelma Fernandes Teixeira, do Fórum Permanente em Defesa da Bacia do Rio Doce;

2 - Movimentos sociais ou organizações da sociedade civil (Minas Gerais):

Titular: Edilene dos Santos Costa, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Suplente: Silvia Paquelet Pereira, do Instituto Terra.

Função do Conselho

O conselho é um órgão de caráter consultivo, informativo e deliberativo. Nele são realizadas reuniões ordinárias (presenciais) e extraordinárias para deliberar sobre a reparação. Cabe ao CFPS monitorar, avaliar e fiscalizar as ações da União, informando a sociedade civil sobre as ações implementadas.

Os conselheiros não recebem remuneração, pois a atividade é considerada um serviço público relevante, mas têm despesas de deslocamento e estadia custeadas pelo Fundo de Participação Social.



IMPORTANTE:

O Conselho Federal deve manter interlocução com as Comissões Territoriais, que servem de ponte entre as comunidades atingidas e os conselheiros(as) eleitos.

Comissões técnicas

Entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026, foram definidas três comissões técnicas do CFPS.

A Comissão Técnica de Monitoramento é responsável por emitir pareceres sobre todas as ações previstas no novo acordo, a Comissão Técnica de Informação e Comunicação é voltada à construção e sugestão de estratégias de diálogo com a população atingida, e a Comissão Técnica de Participação Social e Fundo Popular é dedicada ao acompanhamento de projetos comunitários e à definição da metodologia de funcionamento do Fundo de Participação Social.

Estas Comissões técnicas têm por finalidade subsidiar o Plenário na execução das competências atribuídas ao Conselho.



CALENDÁRIO CFPS 2026 - 1º SEMESTRE

Informações: Secretaria Geral da Presidência da República

Janeiro

28 a 30 - 3ª Reunião ordinária do CFPS

Março

02 a 20 - Processo seletivo inscrição

Abril

24 - Projetos selecionados

Fevereiro

06 - Reunião Extraordinária CFPS

13 - Edital projetos

23 a 27 - Oficina de projetos e divulgação do Edital

Abril

06 a 10 - Processo seletivo seleção (Edital)

23 e 24 - 4ª Reunião ordinária do CFPS

Maio

Contração das entidades e pagamento projetos

Junho

Execução dos projetos

22 a 26 - 5ª Reunião ordinária do CFPS

Projetos Comunitários

Além de outras atribuições, o Conselho tem a responsabilidade de definir os critérios que orientarão a destinação dos recursos do Fundo Social de Participação Social, estimados em 5 bilhões de reais, que serão aplicados em projetos voltados às comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

COMISSÕES TERRITORIAIS: A REPARAÇÃO ORGANIZADA PELO POVO ATINGIDO

Criadas a partir do TAC-Governança, as Comissões Territoriais fortaleceram a participação popular e a luta por direitos no Médio Rio Doce

Por Thiago Matos

No Médio Rio Doce, a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão vem sendo construída, cotidianamente, a partir da organização coletiva das pessoas atingidas. Ao transformar dor, indignação e perdas em participação política ativa, as populações atingidas fizeram surgir um importante espaço de participação popular no processo de reparação: as Comissões de Atingidos e Atingidas.

Eleitas em assembleias realizadas ao longo de 2023, a partir

do TAC-Governança, as Comissões de Atingidos e Atingidas foram consolidadas com ampla participação popular e fortaleceram a luta das pessoas atingidas no processo de reparação ao longo da bacia do Rio Doce. O novo acordo de Reparação da Bacia do Rio Doce celebrado em 2024, legitimou tais estruturas de governança e delimitou amplo escopo de atuação em diferentes temáticas.

Assessoradas pela Aedas, as Comissões dos territórios 3 (Vale do Aço), 6 (Conselheiro Pena), 7 (Itueta e Resplendor) e 8 (Aimorés) cumprem um papel estratégico no contexto da go-

vernância, respondendo a uma demanda central: assegurar a participação informada e efetiva das pessoas atingidas nas decisões que geram mudanças diretas em seus territórios e seus modos de vida.

As Comissões são espaços vivos de debate, formulação de propostas e mobilização social. É nelas que também se discutem a reparação dos danos à saúde, à água, à renda e sobre medidas de reativação econômica, criação de políticas públicas, projetos comunitários e, sobretudo, os limites e contradições do processo de reparação conduzido ao longo dos últimos anos.

TAC Governança

Estabelecido em 2018, o TAC-Governança foi um instrumento extrajudicial de solução alternativa de conflitos, criado para garantir que as pessoas atingidas assumissem um papel ativo sobre o processo de reparação. Vale ressaltar que sua criação se deu mediante o reconhecimento de que o primeiro Termo assinado, o Termo de Ajustamento de Conduta - TTAC, excluiu a participação popular e precisava então integrar as pessoas atingidas para alcance da reparação de fato integral e legítima.

PRINCIPAIS PAUTAS DAS COMISSÕES DE ATINGIDOS E ATINGIDAS NO MÉDIO RIO DOCE

Comissão de Atingidos e Atingidas do Vale do Aço

- Acompanhamento do Novo Acordo Rio Doce, com atualização permanente sobre seus eixos, diretrizes e mudanças para as comunidades atingidas;
- Participação nos espaços de governança, por meio de informes e debates sobre reuniões externas com articuladores, o Conselho Federal de Participação Social (CFPS) e a Instância Mineira de Participação Social (IMPS);
- Levantamento e apresentação de demandas comunitárias, assegurando que as reivindicações dos territórios sejam sistematizadas e encaminhadas aos espaços institucionais;
- Indenizações, com debate sobre critérios, entraves, negativas e a necessidade de garantir acesso justo aos direitos das pessoas atingidas;
- Diálogo com as Instituições de Justiça, incluindo solicitações de reuniões para esclarecimentos, cobranças e incidência sobre o processo de reparação;
- Projetos comunitários, com foco na retomada econômica, no fortalecimento das organizações locais e na construção de alternativas coletivas de geração de renda e melhoria das condições de vida.

Comissão de Atingidos e Atingidas de Conselheiro Pena

- Acesso às medidas de reparação, com foco em indenizações, Programa de Transferência de Renda (PTR), participação em editais e elaboração de projetos comunitários;
- Participação informada nas instâncias de governança, especialmente no Conselho Federal de Participação Social (CFPS) e na Instância Mineira de Participação Social (IMPS);
- Produção e envio de documentos técnicos, como ofícios, atas, pareceres e notas técnicas, utilizados como instrumentos de cobrança e incidência política no processo de reparação;
- Produção de materiais informativos, incluindo livretos, jornais, cartilhas e boletins, voltados à ampliação do acesso à informação pelas pessoas atingidas;
- Cobrança aos órgãos responsáveis, a partir de documentos elaborados pela ATI a pedido da Comissão, buscando respostas sobre entraves no acesso às medidas de reparação;
- Defesa do direito ao PTR, com acionamento direto do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), visando garantir a efetivação dos direitos das pessoas atingidas de Conselheiro Pena.



COMISSÕES NO MÉDIO RIO DOCE

4
territórios

111 pessoas atingidas integram as comissões dos territórios assessorados pela Aedas



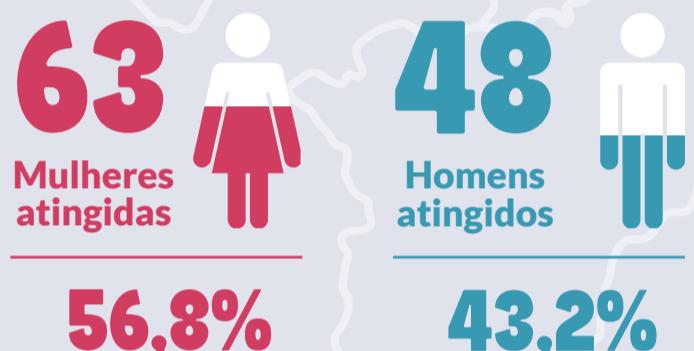
Reuniões realizadas mensalmente

LOCAIS DE ATUAÇÃO DAS COMISSÕES

- T3 Vale do Aço**
A ATI Aedas atua junto às comunidades atingidas dos municípios de Ipatinga, Ipaba, Belo Oriente, Naque, Periquito, Bugre, Iapu, Santana do Paraíso, Fernandes Tourinho, Sobrália e Ilha do Rio Doce (Caratinga).
- T6 Conselheiro Pena**
- T7 Itueta e Resplendor**
- T8 Aimorés**

MULHERES NA REPARAÇÃO

As Comissões são espaços políticos onde as mulheres assumem a centralidade na condução da luta por reparação integral. Os dados revelam um protagonismo feminino expressivo nas Comissões Territoriais do Médio Rio Doce. Mais da metade das cadeiras é ocupada por mulheres atingidas, o que dialoga diretamente com a realidade dos territórios: são elas que, historicamente, sustentam a organização comunitária, a luta por direitos, o cuidado com a vida e a permanência nos espaços de participação ao longo do tempo.



Comissão de Atingidos e Atingidas de Itueta e Resplendor

- Falta de transparência da Samarco, especialmente sobre a captação e a distribuição de água do Rio Doce.
- Negativas por suposta fraude, sem justificativa clara ou garantia de direito à defesa, e excesso de burocracia documental, que impede ribeirinhos e ilheiros, sem registros formais de terra ou renda, de acessarem indenizações;
- Danos à saúde, com relatos do aumento de casos de câncer nas comunidades atingidas após o rompimento da barragem;
- Retomada econômica e autosustentabilidade, com propostas voltadas à regularização e criação de associações de moradores e ao desenvolvimento de iniciativas que integrem restauração ambiental e geração de renda;
- Projetos de reativação econômica, com prioridade para a geração de renda para as mulheres, o fortalecimento das organizações comunitárias e a formação política continuada, como base para a autonomia das comunidades na gestão e execução de seus próprios projetos.



Comissão de Atingidos e Atingidas de Aimorés

- Fortalecimento da organização e da participação informada;
- Direito à água e segurança hídrica, com cobrança de transparência sobre o sistema de abastecimento do distrito de Santo Antônio do Rio Doce, defesa da captação no Rio Manhuaçu e rejeição ao uso da água do Rio Doce por falta de confiança em sua potabilidade;
- Ampliação e acesso ao PTR, com destaque para as dificuldades de regularização do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) e do Registro Geral da Pesca (RGP), exigência de prorrogação de prazos e esclarecimentos sobre a elegibilidade de aposentados e a acumulação com o seguro-defeso;
- Pesca artesanal e ordenamento pesqueiro, com reivindicação de ampla participação dos pescadores nos
- processos decisórios, correção de faltas cadastrais e garantia de acesso aos programas de pesca previstos no acordo;
- Danos à saúde, com acompanhamento do Plano Municipal de Atenção à Saúde, denúncias de falta de medicamentos, defesa da melhoria da estrutura do SUS e de investimentos, como a aquisição de equipamentos de diagnóstico;
- Infraestrutura e segurança, com denúncias sobre a precariedade da Ponte Jones Santos Neves, exigindo laudos técnicos, transparência e providências urgentes;
- Participação social e controle do acordo, com a escolha de representantes para instâncias como o Conselho Federal de Participação Social e a Instância Mineira de Participação Social.




Boletim da Reparação

PORTAL ÚNICO “REPARAÇÃO RIO DOCE” ESTÁ DISPONÍVEL PARA ACESSO

Por Luciano Alvim



Pessoas atingidas em espaço de participação da Aedas. Fotos: Luciano Alvim/Aedas

A Secretaria de Recuperação do Rio Doce, do Governo Estadual do Espírito Santo, lançou o Portal Único “Reparação Rio Doce”, conforme acordado no Anexo 21 (Comunicação e Transparência) do Novo Acordo.

O Portal tem como objetivo disponibilizar e concentrar em um só local as informações referentes ao andamento das ações e ao cumprimento das obrigações previstas, garantindo assim acesso público aos dados relacionados à execução do acordo no Espírito Santo e em Minas Gerais. Além disso, a Secretaria criou uma Ouvidoria específica, responsável por receber, registrar e encaminhar manifestações, dúvidas e reclamações relacionadas à implementação do acordo.

O portal já conta com o espelhamento das informações e documentos produzidos pelo extinto Comitê Inter Federativo (CIF). Anteriormente, estavam disponíveis na página do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Todas as informações sobre as ações de reparação na Bacia do Rio Doce serão movidas para o Portal, incluindo os relatórios de execução das obrigações.

O Portal deverá permanecer ativo e acessível durante toda a execução do Acordo. E ainda por 12 meses após o fim de todas as ações de reparação previstas.

Municípios que aderiram ao Acordo têm obrigações no Portal Único

Os municípios aderentes ao Acordo (Barra Longa, Bugre, Caratinga, Ponte Nova, Iapu, Santana do Paraíso, Marliéria, Córrego Novo, Sobrália, Pingo D’água, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce, Rio Casca, Dionísio, São Pedro dos Ferros, Raul Soares, Fernandes Tourinho,

Ipatinga, Sem-Peixe e Timóteo, Anchieta, Fundão, Serra, Linhares, Conceição da Barra e São Mateus) precisam, a cada semestre, informar aos Estados os dados relativos à execução dos recursos recebidos e às ações implementadas. Em seguida, os Estados encaminham as informações para o portal. Também devem publicar cronograma físico-financeiro das ações, no formato e prazo estabelecidos pela Instituição de Justiça requisitante.

A União e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo devem disponibilizar, anualmente ao final de cada exercício, os saldos recebidos de cada anexo e atualizar o Apêndice 22.2 – Valor por Anexo. A União substituirá o conteúdo do portal IBAMA/CIF por uma nota informativa sobre a assinatura do acordo e implantação do Portal Único, redirecionando os interessados para o novo portal.



O Portal reúne as seguintes informações de todos os entes federados (União, Estados e Municípios):

- Ações realizadas;
- Valores investidos;
- Prazos e resultados;
- Relatórios atualizados semestralmente;
- Dados de acompanhamento dos programas.



Todos os entes e instituições responsáveis pela execução ou gestão de ações com recursos da obrigação de pagar devem disponibilizar no Portal Único informações sobre escopo, valor estimado, resultados esperados e atualizar, ao menos semestralmente, o estágio de cada ação. O ente responsável pela governança de cada tema definirá o detalhamento do conteúdo inserido, observando as diretrizes previstas no Anexo 21.



Visite o Portal Único Reparação Rio Doce:

portalunicoriodoce.es.gov.br

SE RECONHECER É UM DIREITO: AUTODECLARAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA A POPULAÇÃO ATINGIDA

A autodeclaração ajuda a mostrar quem somos, como vivemos e quais são nossas necessidades

Por Equipe de Raça e Gênero

Em reuniões, listas de presença e formulários de serviços públicos, uma pergunta aparece com frequência: qual é sua raça ou cor? Em alguns espaços, também surge a pergunta sobre gênero: com qual gênero você se identifica?

O Brasil assegura o direito à autodeclaração por meio do Censo do IBGE há décadas, mas desde 20 de julho de 2010, com a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), a autodeclaração ganhou força e se tornou mecanismo de acesso as políticas públicas e as ações afirmativas. Isso quer dizer que toda cidadã e todo cida-

dão brasileira/o têm o direito de declarar sua cor ou raça, afirmado sua identidade e sua origem.

Esse direito existe para combater desigualdades históricas e garantir que políticas públicas sejam construídas a partir da realidade do povo brasileiro.

A maior parte da população atingida pelo rompimento da barragem de Fundão é composta por pessoas negras, mulheres, povos e comunidades tradicionais. Esses grupos historicamente enfrentam mais dificuldades de acesso a direitos, políticas públicas e processos de reparação.

Quando essas identidades não aparecem nos dados, as desigualdades ficam invisíveis. Sem dados, não há políticas públicas justas. Sem reconhecimento, não há reparação integral.

A autodeclaração ajuda a mostrar quem somos, como vivemos e quais são nossas necessidades reais enquanto população atingida.

Por que a Aedas pede essas informações?

Nos espaços da Aedas — como formulários, listas de presença, cadastros e atividades — a solicitação da autodeclaração racial e de gênero tem um objetivo: construir dados qualificados sobre a população atingida. Essas informações: fortalecem es-

tudos e diagnósticos; ajudam na cobrança por políticas públicas específicas; qualificam a luta por direitos; contribuem para uma reparação integral e adequada à realidade dos territórios.

Esses dados não são usados para controle ou exclusão, mas para fortalecer a organização coletiva e a defesa dos direitos das pessoas atingidas.



O que é autorreconhecimento?

Autorreconhecimento é o direito de cada pessoa se conhecer e afirmar quem é, a partir da sua história, da sua origem, do seu pertencimento comunitário e da forma como se reconhece no mundo. Isso significa que ninguém pode impor uma identidade racial ou de gênero a outra pessoa.

É a própria pessoa quem diz se é branca, preta, parda, indígena ou amarela. Assim como é cada pessoa quem se reconhece enquanto mulher, homem ou outra identidade de gênero.

As categorias raciais do IBGE: para que servem?

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza cinco categorias raciais:



Preto

Refere-se a quem se declara preto e possui características fenotípicas que indicam ascendência predominantemente africana ou afrodescendente.



Parda

Refere-se a quem se declara pardo e possui miscigenação de raças com predomínio de traços negros.



Branco

Refere-se a quem se declara branco e possui características físicas historicamente associadas às populações europeias.



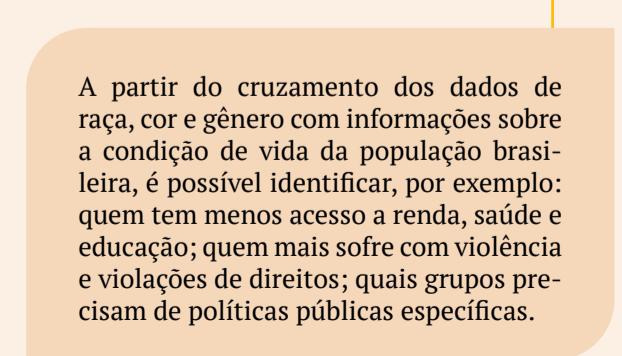
Amarela

Refere-se a quem se declara de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana.



Indígena

Refere-se a quem se declara indígena vivendo ou não em aldeias e que, além de se autodeclarar, precisa ser reconhecido como indígena pelo seu próprio povo.



A partir do cruzamento dos dados de raça, cor e gênero com informações sobre a condição de vida da população brasileira, é possível identificar, por exemplo: quem tem menos acesso a renda, saúde e educação; quem mais sofre com violência e violações de direitos; quais grupos precisam de políticas públicas específicas.

Calendário CULTURAL 2026

Datas de Janeiro

01. Confraternização Universal

06. Dia de Santos Reis

15. Instituída a Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB), em 2021



20. Festa de São Sebastião

Belo Oriente, Bugre, Sobrália, Iapu, Periquito

20. Dia de Oxóssi
Terreiros

21. Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa

Lei que visa garantir direitos e assistência social às pessoas afetadas por barragens, prevendo reparação integral, informação e participação estabelecidas através do Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social (PRDES).

25. 7 anos do Rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão (Paraopeba)

O rompimento da barragem controlada pela Vale S.A. em Brumadinho (MG), despejou doze milhões de metros cúbicos de rejeito de mineração nas comunidades em torno do Rio Paraopeba matando 270 pessoas.



25. Dia de Nossa Senhor do Bonfim

Terreiros

29. Dia Nacional da Visibilidade Trans

Datas de Fevereiro

02. Dia de Iemanjá
Terreiros

02. Dia de Nossa Senhora dos Navegantes

08. 7 anos do acionamento do PAEBM devido ao risco de rompimento da Barragem em Itatiaiuçu

PAEBM é o Plano de Ação de Emergência para Barragem de Mineração acionado pela ArcelorMittal na Mina Serra Azul em 08/02/2019, gerando a evacuação preventiva de comunidades de Itatiaiuçu devido ao risco de rompimento da barragem.



17. Carnaval

24. Conquista do Voto Feminino no Brasil
24. Primeira Constituição da Republicana de 1891

EVENTOS SEM DATA DEFINIDA

Festival Sobraliarte – Sobrália | Festa do Milho – Pedra Corrida (Periquito)

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO DA AEDAS LANÇA NOVO SITE INSTITUCIONAL COM FOCO EM TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Reformulação reforça compromisso com a transparência, o acesso à informação e a participação social

Por Thiago Matos



Com o compromisso permanente com a transparência, o acesso à informação e o fortalecimento da participação social, a equipe de comunicação da Aedas apresenta ao público o novo site institucional, acompanhado de uma identidade visual renovada, dentro de um layout funcional, intuitivo e mais arrojado. As mudanças reforçam um princípio central do trabalho desenvolvido junto às pessoas atingidas: informação segurança, acessível e pública como direito da população atingida.

O principal destaque do novo site é a criação do menu Transparência, pensado para ampliar o acesso a dados, documentos e informações sobre a atuação da Aedas nos territórios.

A nova aba reúne conteúdos fundamentais para o acompanhamento das atividades da assessoria técnica independente,

permitindo que pessoas atingidas, formadores de opinião, pesquisadores e a sociedade em geral possam compreender como os projetos são desenvolvidos, quais são os recursos utilizados e quais resultados vêm sendo alcançados.

A iniciativa dialoga diretamente com a defesa do controle social e da participação informada, pilares do trabalho da Aedas desde sua criação.

Ao centralizar informações institucionais, relatórios, prestações de contas e documentos públicos em um espaço específico e de fácil navegação, o site fortalece a autonomia das pessoas atingidas e contribui para processos mais transparentes e democráticos no âmbito da reparação.

Identidade visual renovada

A nova identidade visual do site dialoga diretamente com os valores institucionais da Aedas, como justiça social, direitos humanos e protagonismo popular. O layout mais moderno e funcional contribui para uma experiência de navegação mais acessível e intuitiva, além de ampliar o alcance e a legibilidade dos conteúdos produzidos pela equipe de comunicação.

Outra novidade é a ampliação da paleta de cores da identidade visual institucional, o que permite maior versatilidade e melhor aproveitamento das possibilidades de aplicação da marca,

especialmente a partir do uso do azul, cor central da identidade da Aedas. Em consonância com essa atualização, o azul institucional passa a adotar um tom mais escuro, alinhado aos objetivos estratégicos da marca e pensado para garantir maior contraste, aplicabilidade e coerência visual.

O novo site da Aedas já está disponível e pode ser acessado por todas as pessoas interessadas em conhecer a atuação da Aedas, os projetos de Assessoria Técnica Independente, acessar documentos públicos e exercer o direito à informação.



Visite o nosso site:

aedasmg.org

